

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO
INOVAÇÕES E DESAFIOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
ANEXOS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001
ABRIL DE 2021

APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças enquanto a gestão patrimonial e do almoxarifado são de responsabilidade da Coordenadoria Suprimentos e Patrimônio, ambas as unidades compõem a estrutura desta Corte.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito da unidade gestora 050001, pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designada especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;

7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial os auditores contábeis;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
4. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
5. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão, no que diz respeito aos aspectos contábeis;
6. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

7. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;

8. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as): a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); c) Balanço Orçamentário (BO); d) Balanço Financeiro (BF) e; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Adotam-se, assim, padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

A organização das informações neste documento segue a seguinte ordem: definição das demonstrações contábeis, demonstrações contábeis, critérios e políticas contábeis (podendo abranger outros balanços), notas explicativas e anexos.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de abril de 2021**.

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2021 em relação a dezembro de 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	ABR21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		350.205.230,66	313.621.445,38
Caixa e Equivalente de Caixa	01	330.654.134,01	292.177.885,69
Créditos de Curto Prazo	02	15.878.996,01	17.567.240,63
Demais Créditos e Valores .- Curto Prazo	02	15.878.996,01	17.567.240,63
Estoques	03	3.635.714,12	3.835.893,78
VPDs pagas Antecipadamente.		36.386,52	40.425,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		433.756.465,45	428.396.944,00
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		126.050,63	126.050,63
Demais Créditos e Valores a LP	02	762.427,60	762.427,60
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02	-636.376,97	-636.376,97
Imobilizado	04	393.261.797,00	389.947.249,04
Bens Móveis		73.248.550,16	78.266.787,94
Bens Móveis		86.044.963,76	85.560.736,21
(-) Depreciação		-12.796.413,60	-7.293.948,27
Bens Imóveis		320.013.246,84	311.680.461,10
Bens Imóveis		320.310.829,24	311.970.765,36
(-) Depreciação		-297.582,40	-290.304,26
Intangível	05	40.368.617,82	38.323.644,33
TOTAL		783.961.696,11	742.018.389,38
PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		178.315.010,16	163.142.234,88
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	22.965.959,42	279.637,24
Fornec. e Contas a Pagar – CP		1.961.228,84	80,00
Provisões a Curto Prazo	06	78.176.271,49	86.473.998,00
Demais Obrigações a CP		75.211.550,41	76.388.519,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.953.795,37	1.953.795,37
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-
Provisões a Longo Prazo	07	1.953.795,37	1.953.795,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		603.692.890,58	576.922.359,13
Resultado Acumulados		603.692.890,58	576.922.359,13
Resultado do Exercício		49.075.753,82	114.862.558,84
Result. de Exerc. Anteriores		576.922.359,13	381.345.890,33
Ajustes de Exerc. Anteriores		-22.305.222,37	80.713.909,96
TOTAL		783.961.696,11	742.018.389,38

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	ABR21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		783.961.696,11	742.018.389,38
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(903.955.668,05)	(203.178.310,33)
TOTAL	08	(119.993.971,94)	538.840.079,05
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		17.219.388,86	18.846.030,34
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	17.219.388,86	18.846.030,34
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		273.021.306,35	262.641.286,55
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.254.314,54	2.476.456,03
Obrig. Contratuais a Exec.		270.766.991,81	260.164.830,52
TOTAL	10	273.021.306,35	262.641.286,55
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT
Recursos Ordinários			-410.710.631,84
Recursos Vinculados			-60.036.571,42
TOTAL			-470.747.203,26

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, tendo seu

saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No Balanço Patrimonial, os registros das TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF nº 75/2012. Após 05 (cinco) atualizando e não alcançando o valor mínimo de inscrição, os referidos créditos são baixados em contas de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à instituição. Constam no anexo III da Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte.

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações. No encerramento do exercício de 2020, por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN em seu comunica nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2013.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do Processo STJ nº 4038/2021. Já a segunda conta, indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão distribuídos por fontes conforme Anexo I. As fontes 100, 144 e 151 equivalem a cerca de 93,21% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito desta corte em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal sendo seu acompanhamento realizado via processo STJ n. 6442/2015. São monitorados ainda os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada - TEDs”. Consta da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando as TEDs detalhadas no Anexo VI. A grande variação observada em “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” se deve, em sua maior parte, ao valor que esta Corte tem a receber do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás apropriado no Sistema SIAFI pelas notas de lançamento de 2021NL000012 a 2021NL000017, no total de R\$ 63.363,93; e também da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, registrado no SIAFI com a nota de lançamento 2021NL000034 no valor de R\$ 122.088,79.

CONTAS	ABR/21 (R\$)	DEZ/20(R\$)	AH(%)
Créditos p/ Danos ao Patrimônio - Folha de Pagamento	646.531,30	649.838,89	-0,51%
Créditos por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	202.074,13	1.395,05	14385,08%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.123.300,04	1.095.635,34	2,52%
TOTAL	2.085.200,40	1.860.164,21	12,10%

O ajuste para eventuais perdas dos créditos por danos ao patrimônio leva em consideração os dados apresentados na tabela abaixo, calculados em consonância com a Macrofunção nº 020342, tendo como base o histórico de seus recebimentos. Eventuais ajustes são lançados no Sistema SIAFI na Conta Contábil 12121.99.01 e atualmente apresenta o saldo de R\$ 636.376,97.

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2018	2019	2020
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	R\$ 745.459,40	R\$ 691.973,32	R\$ 775.461,25
Baixas Diversas* (B)	R\$ 35.563,86	R\$ 870,98	R\$ 12.327,43
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	4,77%	0,13%	1,59%
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	R\$ 709.895,54	R\$ 691.102,34	R\$ 763.133,82
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R\$ 40.663,30	R\$ -	R\$ -
% recebido = (E) / (D)	5,73%	0,00%	0,00%

*Valores baixados ou por inscrição em dívida ativa ou por impossibilidade de recebimento após autorização do Diretor-Geral.
Média percentual de Recebimento dos Créditos Administrativos no período de 2018 a 2020 = 1,91%
Média percentual de Baixa por Inscrição em Dívida Ativa ou Impossibilidade de Recebimento no período de 2018 a 2020 = 2,16%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, no final de abril deste exercício, apresenta um saldo acumulado de entradas de material de R\$ 914.452,87, saídas de R\$ 1.114.632,53 e saldo final de estoque no montante de R\$ 3.635.714,12. A aquisição mais relevante até a presente data (considerando variação percentual e monetária) em relação ao saldo final do exercício anterior é: “Material Hospitalar” (246,96%), vide aquisições de R\$ 56.796,25, Processo STJ 11134/2020 e de outros itens da mesma categoria no valor de R\$ 14.075,00, Processo STJ 7547/2021, documentos SIAFI 2021NS006566 e 2021NS006620 respectivamente. Observou-se a variação negativa de 5,22% entre o saldo final do almoxarifado em abril de 2021 e àquele do encerramento de 2020, estando tais informações detalhadas no Anexo II. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e àqueles apresentados no RMA estão justificadas no processo STJ nº 952/2021.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual deste grupo é de R\$ 393.261.797,00 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

• BENS MÓVEIS

O valor total correspondente ao registro de bens móveis no Sistema SIAFI ao final deste mês é de R\$ 86.044.963,76. No RMB, os valores encontram-se distribuídos da seguinte forma: **1)** R\$ 503.907,38 – entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações; **2)** R\$ 65.079,05 - doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável e; **3)** R\$ 82.018.353,79 representando o saldo final. A diferença observada entre o referido relatório e o sistema SIAFI, de R\$ 4.026.609,97, justifica-se pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra, não efetuar registros parciais de execução de contratos e também pelas aquisições de Material de Uso Duradouro (Conta 12311.99.10) serem controladas no RMA, e não no RMB.

Comparando o saldo de encerramento do exercício anterior com o atual, observa-se acréscimo de aproximadamente 0,54% no acervo patrimonial desta Corte. Demais divergências no RMB são justificadas no processo STJ nº 952/2021, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações. As informações relacionadas com bens em processo de localização, sob responsabilidade de terceiros, cedidos a outros órgãos e cessão de espaço de uso estão relacionados no Anexo IV.

• BENS IMÓVEIS

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte estando todos localizados em Brasília. O saldo atual dos referidos bens consta do SIAFI e perfaz o total de R\$ 320.296.130,24, tendo sido esse montante atualizado em 2,94% em observação as regras dispostas na Instrução Normativa STJ nº 20/2019 (ver processo STJ nº 6420/2015). Demais informações relacionadas com o presente grupo patrimonial estão relacionadas no Anexo V.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI até a presente data é de R\$ 40.368.617,82. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2020, constata-se um aumento aproximado de 5,34%. A amortização acumulada do período é de R\$ 82.382,02.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO**
A variação significativa observada neste grupo decorre em sua maior parte do registro, a partir deste exercício, da provisão para remuneração de férias no Sistema SIAFI pelas notas de sistema 2021NS0000785, 2021NS003034 e 2021NS005767, tendo como base os cálculos efetuados pela Coordenadoria de Pagamento – CPAG (Processos STJ nº 1198/2021 e 3563/2021). Destaca-se que por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, em seu comunica nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, e Acórdão TCU nº 1331/2019 (Processo STJ nº 72/2021), houve alteração dos critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. A partir deste exercício, os débitos dessa natureza, apropriados em 2020 para pagamento em 2021, foram registrados nos passivos dos órgãos devedores no valor total de R\$ 343.747.358,80, sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário) no Sistema SIAFI. Por fim, informa-se que na conta de passivo 21121.03.00 (Precatórios de Benefícios Previdenciários) no âmbito desta UG foi registrado o débito de R\$ 279.637,24.

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial – CEJU/STJ, em resposta às recomendações do TCU em Acórdão nº 1331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (processo STJ n. 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei. N. 13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 02/07 a 31.12.2020 e àqueles registrados em decorrência da LOA 2021.

- **PROVISÕES A CURTO PRAZO**
Registrou-se no encerramento do exercício anterior o total de R\$ 86.473.998,00 na conta Provisões Decorrentes de Sentenças Judiciais (21791.03.00) para pagamento de débitos relacionados com requisições de pequeno valor (RPV) ora previstos na Lei Orçamentária de 2021 (ver processo STJ nº 72/2021). O saldo atual da referida conta é R\$ 78.176.271,49.

- **PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**
O Saldo de R\$ 71.944.838,09 registrado na conta 218911300 decorre de inscrição em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ nº 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 1.953.795,37 sendo assim distribuídas: **1)** R\$ 1.920.253,02 (CPF: 061.233.991-28); **2)** R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e **3)** R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10).

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

O saldo deficitário de R\$ 119.993.971,94 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações, o que será devidamente equalizado a medida que este Órgão receber todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final deste mês de **abril**, o saldo de R\$ 17.219.388,86, sendo assim distribuídos: R\$ 16.690.988,22 (96,93%) – Seguros Garantias; R\$ 441.121,37 (2,56%) – Fianças; e R\$ 87.279,27 (0,51%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 4.611.889,82. O montante de recursos repassados foi de R\$ 2.357.575,28. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R\$ 1.234.275,24. Já o total a repassar é de R\$ 2.254.314,54, informações estas detalhadas no Anexo VI.

As obrigações contratuais atualmente alcançam o volume de R\$ 339.964.441,48 assim distribuídos: **a)** R\$ 316.477.578,40 – Serviços; **b)** R\$ 402.917,36 - Aluguéis; **c)** R\$ 23.031.107,59 - Fornecimento de Bens; e **d)** R\$ 52.838,13 - Seguros. Observa-se que os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 93,09% do total das obrigações assumidas pelo STJ nessa categoria.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Taxas		15.142.466,88	11.881.151,77
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		359.959,37	357.667,56
Transferências e Delegações Recebidas		640.409.388,63	580.409.956,26
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.242.256,35	36.036,13
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.289.497,11	9.181.843,46
Reavaliação de Ativos		9.009.788,09	8.960.960,89
Ganhos com Incorporação de Ativos		279.709,02	220.882,57
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		931.493,90	1.115.572,66
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		931.493,90	1.113.050,23
TOTAL	11	666.132.806,30	602.946.191,71

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Pessoal e Encargos		321.461.389,40	298.993.612,94
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		127.076.603,63	127.243.934,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		72.656.988,76	73.093.883,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	254,30
Transferências e Delegações Concedidas		92.764.508,30	79.756.225,02
Transferências Intragovernamentais		90.522.455,95	79.560.844,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.242.052,35	195.380,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.167.697,82	232.010,10
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		669.724,21	11.168,00
Perdas Involuntárias		43.183,12	3.484,31
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		454.790,49	217.357,79
Tributárias		117.857,92	49.584,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		26.727,08	28.425,47
Contribuições		91.130,84	21.158,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.812.006,65	1.531.096,69
TOTAL	12	617.057.052,48	580.900.600,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		<u>49.075.753,82</u>	<u>22.045.591,25</u>

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DVP

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem no Sistema SIAFI conta de receita relativa as taxas pela prestação de serviços no âmbito deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria dos valores deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições dentre os quais constam os pagamentos de ajuda de custo e auxílio moradia, que compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 8ª Edição, Parte I, Subitem 3.5.3 (Etapas da Receita Orçamentária - Arrecadação).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do

Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	ABR21 (R\$)	ABR20 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	666.132.806,30	602.946.191,71	10,48%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.142.466,88	11.881.151,77	27,45%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	359.959,37	357.667,56	0,64%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,41	-	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	640.409.388,63	580.409.956,26	10,34%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.289.497,11	9.181.843,46	1,17%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	931.493,90	1.115.572,66	-16,50%

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	ABR21 (R\$)	ABR20 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	617.057.052,48	580.900.600,46	6,22%
Pessoal e Encargos Sociais	321.461.389,40	298.993.612,94	7,51%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	127.076.603,63	127.243.934,10	-0,13%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	72.656.988,76	73.093.883,04	-0,60%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	254,30	-100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	92.764.508,30	79.756.225,02	16,31%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.167.697,82	232.010,10	403,30%
Tributárias	117.857,92	49.584,27	137,69%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.812.006,65	1.531.096,69	18,35%

A alta variação percentual em “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” decorreu em sua maior parte de reavaliação de bens imóveis no valor total de R\$ 669.724,21, conforme já mencionado na ‘Nota 04’ e da baixa de créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos remanescentes do exercício anterior conforme se observa em consulta à conta 36511.01.00.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	917.672,00	917.672,00	10.734.247,01	9.816.575,01
Receitas Tributárias		-	-	10.599.726,58	10.599.726,58
Receitas de Serviços		10.106,00	10.106,00	3.749,65	-6.356,35
Outras Receitas Correntes		907.566,00	907.566,00	130.770,78	-776.795,22
Subtotal com Financ.		917.672,00	917.672,00	10.734.247,01	9.816.575,01
Déficit	14	-	-	1.201.899.756,73	1.201.899.756,73
TOTAL		917.672,00	917.672,00	1.212.634.003,74	1.211.716.331,74

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.643.944.426,00	1.643.944.426,00	1.207.877.975,63	501.102.821,94	500.419.472,16	436.066.450,37
Pes/Enc. Sociais		1.255.630.305,00	1.255.630.305,00	985.722.877,96	415.178.662,96	415.163.828,46	269.907.427,04
Out. Desp. Corr.		388.314.121,00	388.314.121,00	222.155.097,67	85.924.158,98	85.255.643,70	166.159.023,33
Desp de Capital		40.430.896,00	40.430.896,00	4.756.028,11	6.460,00	6.460,00	35.674.867,89
Res. de Conting.		-	-	-	-	-	-
TOTAL	15	1.684.375.322,00	1.684.375.322,00	1.212.634.003,74	501.109.281,94	500.425.932,16	471.741.318,26

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.20 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		1.671.216,60	28.950.323,09	20.772.711,85	20.770.717,69	510.849,72	9.339.972,28
Pes/Enc. Sociais		-	7.992.023,68	5.179.390,84	5.179.390,84	-	2.812.632,84
Out. Desp. Correntes		1.671.216,60	20.958.299,41	15.593.321,01	15.591.326,85	510.849,72	6.527.339,44
Despesas de Capital		1.815.049,03	5.645.691,36	2.575.954,65	2.575.954,65	0,22	4.884.785,52
Investimentos		1.815.049,03	5.645.691,36	2.575.954,65	2.575.954,65	0,22	4.884.785,52
TOTAL	16	3.486.265,63	34.596.014,45	23.348.666,50	23.346.672,34	510.849,94	14.224.757,80

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.20	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.638.639,15	73.532.464,02	1.370.649,34	-	74.800.453,83
Outras Despesas Correntes		2.638.639,15	73.522.000,38	1.360.185,70	-	74.800.453,83
Despesas de Capital		80.774,79	31.705,31	31.705,31	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	31.705,31	31.705,31	-	80.774,79
TOTAL	16	2.719.413,94	73.564.169,33	1.402.354,65	-	74.881.228,62

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as despesas previstas na lei orçamentária e de fato executadas pelo STJ com as receitas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 04, de 31 de maio de 2019 – DOU – Seção 01 nº 28) do Ministério da Economia. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades e manifestou a intenção de ajustá-las, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. O déficit de arrecadação do STJ decorre do fato de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pelo STJ) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual, tendo em vista os recursos arrecadados serem controlados em conta (caixa) única por aquele Órgão.

NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1. O Orçamento disponibilizado para esta Corte na LOA 2021 é de R\$ 1.684.375.322,00, representando aproximadamente 3,6% a mais que a dotação aprovada no exercício anterior.
- 2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do Art. 32 da Lei nº 14.116/2020 - LDO.

- 3. As movimentações externas de crédito até o momento, enquadradas como destaques recebidos e concedidos, somaram R\$ 77.846.499,29 e R\$ 799.420,31 respectivamente. Houve provisões concedidas para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM no valor total de R\$ 7.959.237,00.
- 4. Em 2021, até o presente momento, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.
- 5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2021.

NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2020 totalizou R\$ 38.082.280,08 dos quais cerca de 61,31% foram pagos e aproximadamente 1,34% cancelados. Dos empenhos pagos, destacam-se os valores de: R\$ 7.433.351,02 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ, (ver Empenho 2020NE001919) e R\$ 3.183.958,71 referente a despesas com folha de pagamento (Empenho 2020NE000004). No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados”, evidencia-se o valor de R\$ 1.835.303,61, Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96 referente ao Contrato STJ 14/2015, Processo STJ 10627/2015 e R\$ 71.944.838,09, Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. Neste contexto, a Setorial Contábil do STJ monitora no decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar conforme instruções nos Processos STJ 18218/2020 e 117/2021.

Foram inscritos em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R\$ 108.160.183,78 assim distribuídos: a) Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 7.992.023,68); Grupo 3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R\$ 94.480.299,79) e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 – Investimentos (R\$ 5.677.396,67). Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 3.486.265,63 e R\$ 2.719.413,94.

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 55 dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, dentre outras informações, àquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral> .

BALANÇO FINANCEIRO

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		10.734.247,01	8.561.349,73
Vinculadas		10.760.603,19	8.578.146,05
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		10.760.525,63	8.578.146,05
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-26.356,18	-16.796,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		638.167.132,28	580.373.920,13
Resultantes da Execução Orçamentária		638.091.855,28	580.326.791,49
Cota Recebida		632.570.515,79	580.326.791,49
Repasso Recebido		18.072,29	-
Sub-repasso Recebido		2.751.633,60	-
Sub-repasso Devolvido		2.751.633,60	-
Independentes da Execução Orçamentária		75.277,00	47.128,64
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		717.823.244,41	821.762.094,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		683.349,78	1.529.211,89
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		711.524.721,80	815.548.230,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		330.273,22	90.707,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.284.899,61	4.593.944,16
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		292.177.885,69	186.102.972,44
Caixa e Equivalentes de Caixa		292.177.885,69	186.102.972,44
TOTAL		1.658.902.509,39	1.596.800.336,89

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS		1.212.634.003,74	1.313.446.322,48
Ordinárias		933.922.395,02	919.519.928,82
Vinculadas		278.711.608,72	393.926.393,66
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		90.512.473,66	79.560.844,46
Resultantes da Execução Orçamentária		74.421.799,69	66.361.217,36
Repasso Concedido		479.302,64	588.570,90
Sub-repasso Concedido		10.710.870,60	4.894.327,63
Cota Devolvida	17	63.231.626,45	60.878.318,83
Independentes da Execução Orçamentária		16.090.673,97	13.199.627,10
DESPEAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		25.101.897,98	37.678.929,00
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.402.354,65	1.675.768,72
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		23.346.672,34	35.912.452,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		342.888,70	90.707,88
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18	330.654.134,01	166.114.240,95
Caixa e Equivalentes de Caixa		330.654.134,01	166.114.240,95
TOTAL		1.658.902.509,39	1.596.800.336,89

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 17 – COTA DEVOLVIDA

Devolução de recursos financeiros decorrentes de cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores e de outros recursos também financeiros não utilizados para pagamento de precatórios e RPVs.

NOTA 18 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 330.654.134,01, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros recebidos no decorrer do Exercício de 2021 corresponderá ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	41.090.368,28	-14.246.672,67
		2021 (R\$)	2020 (R\$)
INGRESSOS	19	654.516.552,12	593.619.921,90
Receita Tributária		10.599.726,58	8.316.806,70
Receita de Serviços		3.749,65	2.795,43
Outras Receitas Derivadas e Originárias		130.770,78	241.747,60
Outros Ingressos das Operações		643.782.305,11	585.058.572,17
Ingressos Extraorçamentários		330.273,22	90.707,88
Transferências Financeiras Recebidas		638.167.132,28	580.373.920,13
Arrecadação de Outra Unidade		5.284.899,61	4.593.944,16
DESEMBOLSOS		-613.426.183,84	-607.866.594,57
Pessoal e Demais Despesas		-479.433.872,44	-490.246.035,45
Judiciário		-328.791.473,03	-323.633.292,58
Previdência Social		-142.328.172,90	-142.959.512,70
Encargos Especiais		-8.314.226,51	-23.653.230,17
Transferências Concedidas		-43.126.966,75	-37.969.006,78
Intragovernamentais		-43.126.966,75	-37.969.006,78
Outros Desembolsos das Operações		-90.865.344,65	-79.651.552,34
Dispêndios Extraorçamentários		-342.888,70	-90.707,88
Transferências Financeiras Concedidas		-90.512.473,66	-79.560.844,46
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>-2.614.119,96</u>	<u>-5.742.058,82</u>
		2021 (R\$)	2020 (R\$)
DESEMBOLSOS		-2.614.119,96	-5.742.058,82
Aquisição de Ativo Não Circulante		-471.831,70	-3.939.927,82
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.142.288,26	-1.802.131,00
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		38.476.248,32	-19.988.731,49
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		292.177.885,69	186.102.972,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		330.654.134,01	166.114.240,95

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **abril** de 2021, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo o valor de R\$ 38.476.248,32. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 292.177.885,69, revelou um montante de R\$ 330.654.134,01. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 19 – INGRESSOS

Consta desta parte do demonstrativo o registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, no decorrer do exercício, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	ABRIL/2021 (R\$)	%
0100 - Recursos Ordinários	215.612.918,53	65,3267%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	8.897.339,70	2,6957%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	71.944.838,09	21,7979%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.358.728,68	1,6236%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	20.082.164,64	6,0845%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	72.431,97	0,0219%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	6.192.869,16	1,8763%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,3488%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,2244%
TOTAL	330.053.402,57	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2021 (R\$)				DEZ/2020 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2021/2020
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	127.579,04	127.579,04	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	100.189,32	134.690,82	0,00	34.501,50	-100,00%
Material Farmacológico	6.618,86	6.618,86	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	0,00	0,00	1.738,60	1.738,60	0,00%
Material Químico	3.500,00	3.500,00	3.480,75	3.480,75	0,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	2.915,50	2.915,50	98,50	98,50	0,00%
Material para Expediente	7.812,12	31.620,82	251.350,54	275.159,24	-8,65%
Material de Processamento Dados	14.198,55	141.162,67	534.665,23	661.629,35	-19,19%
Material de Acondicionamento e Embalagem	3.054,80	3.687,29	26.152,54	26.785,03	-2,36%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	1.005,16	5.193,82	47.406,41	51.595,07	-8,12%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	137.624,88	110.957,98	243.933,60	217.266,70	12,27%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.720,00	1.720,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	111.086,41	133.771,59	396.433,28	419.118,46	-5,41%
Material para Manutenção de Bens Móveis	30.866,46	37.956,42	73.923,81	81.013,77	-8,75%
Material Elétrico e Eletrônico	55.921,61	61.765,40	931.692,47	937.536,26	-0,62%
Material de Proteção e Segurança	74.445,20	74.520,50	3.075,45	3.150,75	-2,39%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	1.492,43	1.492,43	0,00%
Material para Comunicações	8.139,80	40.999,12	1.008.804,51	1.041.663,83	-3,15%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	86.409,74	21.167,26	91.660,75	26.418,27	246,96%
Material para Manutenção de Veículos	88.836,20	125.303,06	0,00	36.466,86	-100,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	208,80	6.932,50	7.141,30	-2,92%
Ferramentas	0,00	0,00	9.131,43	9.131,43	0,00%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	1.470,00	1.578,36	397,32	505,68	-21,43%
Material Bibliográfico	45.399,22	45.399,22	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	3.410,00	66,00	3.344,00	0,00	100,00%
TOTAL	914.452,87	1.114.632,53	3.635.714,12	3.835.893,78	-5,22%

ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2021 (R\$)				DEZ/2020 (R\$)	VAR(%) 21/20
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVÁL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	0,00	64.928,30	64.928,30	0,00%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	1.298,00	2.037,39	4.823.974,68	4.824.714,07	-0,02%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	22.856,59	0,00	528.863,12	506.006,53	4,52%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	2.820,66	2.820,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	5.569,15	0,00	669.436,66	663.867,51	0,84%
Armamentos	0,00	0,00	303.760,36	303.760,36	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	0,00	3.537.957,83	3.537.957,83	0,00%
Equipamentos Energéticos	0,00	0,00	686.803,00	686.803,00	0,00%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.820,81	60.820,81	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	419.912,00	6.368,88	12.430.686,87	12.017.143,75	3,44%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	0,00	242,78	21.681.059,79	21.681.302,57	0,00%
Máquinas de escritório	0,00	0,00	191.879,44	191.879,44	0,00%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	0,00	115.192,47	115.192,47	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	704.395,71	704.395,71	0,00%
Computadores*	339,35	0,00	520.069,80	519.730,45	0,07%
Mobiliário em Geral	53.932,29	56.430,00	6.625.880,92	6.628.378,63	-0,04%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	9.179.639,86	9.179.639,86	0,00%
Obras de Arte	0,00	0,00	400.162,09	400.162,09	0,00%
Impressoras*	0,00	0,00	92.135,01	92.135,01	0,00%
Telefonia	0,00	0,00	922.908,98	922.908,98	0,00%
Veículos Diversos	0,00	0,00	225.838,08	225.838,08	0,00%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	0,00	11.343.803,00	11.343.803,00	0,00%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	503.907,38	65.079,05	82.018.352,79	81.579.524,46	0,538%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV
ATÉ 31.04.2021

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.861,83
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	7.281,46
Sala da Engemil	234.115,06	58.699,92
Sala da Gráfica Digital	239.152,09	98.453,99
Sala da RDS Tecnologia	120.448,78	66.847,28
Sala da Staefa	24.467,40	10.820,87
Sala dos Estoquistas	71.539,50	37.650,59
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	34.174,25
Estúdio Fotográfico	316.912,94	172.490,04
GSI Serviços Especializados Ltda	40.052,82	18.871,08
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.743.238,00	434.285,78
Restaurante	843.200,75	173.039,29
Total	7.695.661,49	1.115.543,17

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Seção Judiciária de Alagoas – TRF5	86.967,60	83.054,13
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	28.000,00	0,00
Total	455.137,60	90.413,16

Em processo de Localização	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	23.550,80	2.337,22

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Janeiro a Abril) R\$
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	6.843,19
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	51.237,12
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	31.409,16
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	36.995,52
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	8.206,61
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	1.071,04
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	1.616,59
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	6.000,00
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	*
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	**
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019*	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019*	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019*	-
Amerigel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019*	-
Total	108.914,17

* Até o momento não foram apresentados valores pela unidade gestora.

** Devido ao pagamento a maior de março a maio/2020, ainda resta um crédito de R\$ 6.006,19 para recebimento nesse exercício.

ANEXO V DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	ABRIL/2021 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	247.757.436,69
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.000.523,59
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 n° 06	9701050905009	1.558.636,91
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.195.722,37
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.469.290,21
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	65.072.468,12
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.242.052,35
TOTAL		320.296.130,24

ANEXO VI TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

R\$

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.	SALDO REPASSADOS*	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	103.295,89	103.295,89	0,00
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	30.016,77	46.730,23
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	362.976,93	777.023,07
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	922.137,01	1.019.054,72
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.050.655,20	639.148,68	411.506,52
TOTAL		4.611.889,82	2.357.575,28	2.254.314,54

*Valores firmados (71221.02.01) – Saldo Atual a Repassar (81221.02.01).

ANEXO VII
Passivos de Precatórios 02.07.2020 – 31.12.2020

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000438	122.079,18
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2020PA000439	92.157,08
110407	Ministério da Defesa 2020PA000440	935.107,58
257001	Ministério da Saúde 2020PA000441	2.769.500,68
257001	Ministério da Saúde 2020PA000442	398.098,85
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000443	63.248,09
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000444	38.764,55
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000445	51.414,76
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000446	25.555.415,78
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000447	9.419.734,23
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000448	9.799.942,93
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000449	118.558,79
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000450	2.273.069,05
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000451	114.062,27
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000452	39.843,44
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000453	143.203,04
154046	Universidade Federal de Ouro Preto 2020PA000454	402.837,94
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000455	24.016,15

Passivos de Precatórios – LOA 2021

UG	Denominação/Doc SIAFI		Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU	2020PA000456	980.693,13
110060	Advocacia Geral da União – AGU	2020PA000457	26.153,34
050001	Superior Tribunal de Justiça – STJ	2020PA000458	279.637,24
110407	Ministério da Defesa	2020PA000459	227.981,48
110407	Ministério da Defesa	2020PA000460	14.653.590,36
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	2020PA000461	163.367,61
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000462	1.546.249,03
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000463	6.118.818,90
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000464	138.509,98
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000465	196.451,53
110407	Ministério da Defesa	2020PA000466	1.821.082,83
257001	Ministério da Saúde	2020PA000467	1.970.547,23
257001	Ministério da Saúde	2020PA000468	418.168,07
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000469	130.186.305,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000470	35.153.764,80
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000471	46.330.437,95
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000472	7.802.099,51
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000473	15.805.682,37
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000474	35.694,93
370001	Ministério do Controle e Transparência (extinto)	2020PA000475	1.003.359,63
440002	Ministério do Meio Ambiente	2020PA000476	1.772.939,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000477	5.574.622,39
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000478	4.068.377,04
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000479	1.757.744,69
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000479	383.928,71
540001	Ministério da Cultura (extinto)	2020PA000481	43.033,83
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000482	696.307,46
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2020PA000483	1.048.526,47
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2020PA000484	1.646.585,22
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social	2020PA000485	475.585,17
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social	2020PA000486	729.124,65
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social	2020PA000487	68.360,06
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social	2020PA000488	111.446,10
200094	Ministério da Justiça	2020PA000494	6.391.523,07
200094	Ministério da Justiça	2020PA000495	1.729.594,28

**ANEXO VIII
EXECUÇÃO DA LOA 2021**

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.684.375.322,00					
		PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SD EXEC %			
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário		1.680.415.893,00	491.383.410,58	29,24%			
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		168.744,00	16.500,00	9,78%			
0999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	0,00	0,00%			
FUNÇÃO							
02 – Judiciária		1.249.449.802,00	349.576.279,74	27,98%			
09 - Previdência Social		430.966.091,00	141.807.130,84	32,90%			
28 - Encargos Especiais		168.744,00	16.500,00	9,78%			
99 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	0,00	0,00%			
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária		314.210.326,00	37.045.092,20	11,79%			
122 - Administração Geral		690.788.825,00	223.464.223,18	32,35%			
128 - Formação de Recursos Humanos		10.059.237,00	481.863,99	4,79%			
272 - Previdência do Regime Estatutário		430.966.091,00	141.807.130,84	32,90%			
301 - Atenção Básica		100.576.045,00	47.714.628,88	47,44%			
846 - Outros Encargos Especiais		133.984.113,00	40.886.971,49	30,52%			
999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	0,00	0,00%			
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.255.630.305,00	405.587.042,60	32,30%			
3 - Outras Despesas		388.314.121,00	85.806.407,98	22,10%			
4 – Investimentos		40.430.896,00	6.460,00	0,02%			
9 - Reserva de Contingência		-	-	0,00%			
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	824.544.214,00	289.524.863,00	40.362.006,00	0,00	1.154.431.083,00	314.807.189,07	27,27%
127	0,00	36.082.813,00	0,00	0,00	36.082.813,00	0,00	0,00%
150	0,00	10.106,00	0,00	0,00	10.106,00	0,00	0,00%
151	136.595.526,00	61.788.773,00	68.890,00	0,00	198.453.189,00	34.785.590,67	17,53%
156	98.385.816,00	0,00	0,00	0,00	98.385.816,00	0,00	0,00%
169	169.104.749,00	0,00	0,00	0,00	196.104.749,00	141.807.130,84	72,31%
175	0,00	907.566,00	0,00	0,00	907.566,00	0,00	0,00%
300	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00%
TOTAL	1.255.630.305,00	388.314.121,00	40.430.896,00	0,00	1.684.375.322,00	491.399.910,58	29,17%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas à abril de 2021**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11.000.

Brasília, 14 de maio de 2021.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Vanôres Ferreira da Silva Júnior
José Jorge de Lima Neto